



COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PARECER N° 6 – 06/02/2026

Trata-se do **Projeto de Lei N° 14/2026-E**, de 03/02/2026, de autoria do Poder Executivo, que **“Altera o nível salarial do cargo de provimento efetivo de Fiscal Sanitário, constante da Lei Municipal nº 2.208/1994”**.

A proposição foi previamente apreciada pela Assessoria Jurídica desta Casa de Leis e pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, tendo recebido pareceres favoráveis, sendo, posteriormente, encaminhada a esta Comissão para análise, nos termos do inciso III do artigo 78 do Regimento Interno.

No âmbito das atribuições que competem a esta Comissão, procedeu-se à análise da matéria sob os aspectos que lhe são pertinentes, verificando-se que inexistem óbices quanto ao mérito da propositura, no que se refere à sua área de atuação específica.

Diante do exposto, esta Comissão manifesta-se **favoravelmente** à tramitação do Projeto de Lei, no que diz respeito aos aspectos que lhe cumpre analisar, ressalvada a competência soberana do Egrégio Plenário para deliberação final.

É o parecer, nos limites das atribuições desta Comissão.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2026.

DANIELI DE CASTRO
RELATORA

A Comissão Permanente de Obras e Serviços Públicos aprovou o Parecer da Relatora em sua totalidade.

JOSÉ WELLINTON OLIVEIRA SILVA
VICE-PRESIDENTE CPOSP

THIAGO VIEIRA NUNES
MEMBRO CPOSP